

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

20748 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 42ª Reunião Nacional da ANPEd (2025)
ISSN: 2447-2808
GT11 - Política de Educação Superior

ENTRE REPRODUÇÕES E (RE)EXISTÊNCIAS: ALGUNS LIMITES DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Mariana Corrêa de Azevedo - UFPR - Universidade Federal do Paraná
Laura Ceretta Moreira - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ENTRE REPRODUÇÕES E (RE)EXISTÊNCIAS: ALGUNS LIMITES DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Introdução

As políticas afirmativas para o ingresso nas instituições de nível superior no Brasil, especialmente desde a Lei de Cotas (Brasil, 2012), promoveram sem sombra de dúvidas uma diversificação do público das universidades federais. São louváveis os resultados e perceptíveis para quem frequenta esses espaços ao longo das últimas décadas. De forma inegável, os ganhos foram robustos e devem ser preservados. Esta comunicação tem como propósito destacar, contudo, algumas limitações no que toca aos mecanismos e dinâmicas de *permanência* de discentes – entendendo este como um movimento importante para a sua ampliação, fundamental para dirimir desigualdades estruturais que assombram a sociedade brasileira.

Dessa feita, este estudo realiza um mapeamento dos usos e sentidos atribuídos a estas ações e aos seus efeitos na percepção de estudantes com deficiência e negros/as, ingressantes pelo sistema de cotas, tomando como caso uma universidade no Sul do Brasil. Salientamos que a presente pesquisa está vinculada a uma rede iberoamericana voltada à investigação e à intervenção em 17 IES de 9 países, que visa oferecer subsídios para a inclusão educacional dos grupos supramencionados, dentre outros que não serão o foco de nossas análises aqui. Inicialmente realizamos uma visita à literatura pertinente, indicando a legislação vigente e seguiremos para a análise de entrevistas realizadas pela equipe responsável.

Parte-se das teorias da reprodução, que apontam os dilemas da universalização do ensino desde os anos 1960, mostrando que a origem familiar seria em larga medida incontornável para o alcance do êxito acadêmico universitário, definindo alguns poucos "eleitos" (Bourdieu; Passeron, 2015). Adota-se também o conceito de (re)existência (Walsh, 2013), o qual nos ajuda a mirar as estratégias de luta das minorias (ainda que este termo seja bastante problemático), em processos pedagógicos de resistência contra invisibilidades e silenciamentos persistentes.

As políticas afirmativas são ações reparatórias que visam sanar dívidas sociais com grupos discriminados (Moehlecke, 2002) que fornecem direitos especiais a esses coletivos (Feres Júnior et. al, 2018). É o caso da Lei Nº 12.711 (Brasil, 2012), promulgada em 2012, que obriga todas as IFES a reservarem 50% das vagas para grupos historicamente marginalizados, como pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e estudantes oriundos da escola pública. Em sua grande maioria, as universidades brasileiras possuem resoluções e normativas próprias que estabelecem essas medidas compensatórias.

O apoio ao sistema de cotas no Brasil não foi e não é, entretanto, consensual. Estão em jogo diferentes acepções de justiça como apontado por Turgeon et al. (2014). Alguns de seus opositores creem que ele agride o princípio de igualdade universal, entendendo que a melhoria do panorama educacional seria o caminho mais acertado para a correção das desigualdades. Além do mais, alguns entendem que ele fere o mérito individual, desqualificando as instituições. Outro argumento citado pelos autores é o de que seria uma política que somente polarizaria mais as tensões raciais já existentes.

Além das críticas que tentam invalidar as políticas afirmativas, existem também outros tensionamentos: mesmo com a presença institucionalizada, em que pese a importância dos aportes legais, a inclusão demanda um esforço enorme de docentes, servidores/as e comunidades universitárias em termos de relações humanas e posturas atitudinais. Como mostrar-se-á na sequência, precisamos aprofundar os instrumentos que respaldam o ingresso mais plural nas instituições públicas de Educação Superior, para que a presença de grupos historicamente tolhidos seja verdadeiramente democrática.

Metodologia

Visando produzir uma cartografia deste cenário a partir das percepções do próprio corpo discente, em uma abordagem qualitativa (Cedro, 2011), as entrevistas foram conduzidas por uma equipe formada por 2 docentes, uma pós-doutoranda e 3 técnicos/as, membros/as do projeto citado. Desenroladas no segundo semestre de 2024, foram feitas 17 interlocuções com diferentes grupos em situação de vulnerabilidade, que seguiram os procedimentos éticos da coleta de dados com seres humanos. Foram realizadas de forma remota e posteriormente sintetizadas em informes específicos. Selecionamos para essa comunicação 8 entrevistas,

focando em cotistas PcD e raciais.

Discussão de resultados parciais

Com vistas a apresentar os resultados parciais, agrupados a seguir donde localizam-se alguns padrões, iniciaremos com os/as estudantes com deficiência. Foram 4 entrevistas realizadas pela equipe, sendo 3 graduandos/as e 1 pós-graduando, dentre pessoas com deficiência física, baixa visão e Transtorno do Espectro Autista.

Queixas foram feitas com relação à falta de equipamentos de tecnologia assistiva, bem como lacunas na formação de docentes com relação ao seu uso em sala de aula. A falta de conhecimento das políticas públicas de atendimento a esse grupo por servidores/as e técnicos/as também foi indicada. A saúde mental é um ponto trazido, há uma sensação partilhada de ausência de suporte. Haveria, de acordo com os/as entrevistados/os, pouca divulgação dos trabalhos desenvolvidos pelo núcleo de acessibilidade.

Os hiatos na comunicação entre coordenações de curso e docentes sobre as suas especificidades foi um elemento sentido. Ainda que existam as adaptações de prova, os tempos adicionais e os materiais de aula, nossos/as interlocutores/as indicaram que não são suficientemente fornecidos. Mencionou-se a necessidade de fortalecimento da formação continuada sobre esses temas, bem como brechas de empatia e de sensibilidade. Por mais que existam bolsas de tutoria e outros auxílios, sugeriu-se aumentar os recursos financeiros para cotistas PcD. Foi mencionada a dificuldade acadêmica de egressos da escola pública, cuja formação inicial é tida como insuficiente. Violências psicológicas como o capacitismo foram anunciadas como vivências comuns vindas de docentes, técnicos/as e discentes.

Sofrimento e estresse que a própria academia gera, falta de acolhimento das e dos professores, ausência de discussão sobre especificidades e direitos dos PcD dentro das graduações; segundo as entrevistas, a instituição precisa fazer uma “autocrítica” sobre a inclusão. Nas escutas realizadas, pontuou-se uma demanda: de que as discussões sobre normas e resoluções incluam o corpo estudantil e que elas sejam de mais fácil acesso. A representatividade foi mencionada, uma vez que há poucos/as docentes com deficiência na universidade.

Do grupo de cotistas raciais, foram ouvidos/as 4 estudantes, sendo 2 autodeclarados pardos e 2 pretos, dentre os quais 2 do gênero feminino e 2 do gênero masculino. A principal questão citada por elas e por eles foi a falta de conhecimento do corpo docente sobre as relações étnico-raciais. Também a baixa representatividade entre professores/as foi sinalizada. Novamente foi citada a demanda de apoio no quesito da saúde mental e a necessidade de um nivelamento de conteúdos nos primeiros semestres, visto que são alunos/as egressos/as da escola pública.

Notou-se nas falas uma percepção de que os currículos são eurocentrado, causando

lacunas nos temas culturais e científicos dos povos afrodescendentes. Foram narradas situações de preconceito racial vindas de docentes e sugeriu-se uma ampliação dos debates sobre questões raciais e branquitude. As mesmas queixas do grupo PcD sobre a dificuldade de acesso às normativas foram aqui trazidas. Apontou-se para a necessidade de ampliação de concursos para professores/as negros/as, capacitação sobre relações étnico-raciais, espaços de discussão nos cursos, orientação emocional e melhores condições para estudantes trabalhadores/as. Muitos pontos de convergência podem ser destacados, e servirão para futuras análises.

Considerações finais

Partindo de uma defesa intransigente da necessidade de políticas afirmativas na Educação Superior, podemos inferir neste ponto que estamos entre reproduções e (re)existências, como sugerido no título da presente comunicação. Apesar dos êxitos dessas ações para o ingresso, observa-se na literatura e na voz dos/as estudantes que ainda existe um longo caminho a ser percorrido para que exista maior justiça nas condições de permanência e egresso. Cabe-nos, pela investigação científica e por posturas ético-políticas, denunciar esses limites e buscar estratégias coletivas para a sua plena superação.

Palavras-chave: Educação Superior; Políticas Afirmativas; Pesquisa qualitativa.

Referências

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *Os herdeiros*: os estudantes e a cultura. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

BRASIL. Lei Nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, 2012. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 02 abr. 2025.

CEDRO, Marcelo. Pesquisa social e fontes orais: particularidades da entrevista como procedimento metodológico qualitativo. *Revista Perspectivas Sociais*, Pelotas, ano 1, n. 1, p. 125-135, março/2011.

FERES JÚNIOR, João et al. *Ação afirmativa*: conceito, história e debates. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 117, p. 197-217, nov. 2002.

TURGEON, Mathieu et al. Políticas de ação afirmativa e o experimento de listas: o caso das cotas raciais na universidade brasileira. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, v. 20, n. 3, p. 363-376, dez. 2014.

WALSH, Catherine (org.). *Pedagogías decoloniales*: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito, Equador: Ediciones Abya-Yala, 2013.